

ARQUIVOS DE POLÍTICA: DESAFIOS À ARQUIVOLOGIA

MENEGOZZO, C H M¹

1. Introdução

A arquivologia possui referenciais teórico-metodológicos próprios e adequados à representação das relações orgânicas que singularizam os conjuntos documentais de natureza arquivística. Apesar disso, os arquivos constituem, por assim dizer, um terreno em disputa. Profissionais de diferentes áreas consideram-se capacitados a atuar nestes contextos informacionais, seja porque os arquivos históricos constituem suas fontes de estudo “por excelência”, como no caso do historiador; seja porque acreditam estar preparados para organizar e recuperar informações em todo e qualquer contexto informacional (o que em geral não é verdadeiro), como no caso dos bibliotecários. Embora não se possa generalizar esta postura em relação ao conjunto dos profissionais de história e biblioteconomia, notoriamente sua atuação é muitas vezes marcada pelo desconhecimento, desinteresse e mesmo desprezo pelas orientações teórico-metodológicas do campo arquivístico.

Uma avaliação parcial da situação dos arquivos históricos relacionados à atividade política depositados em instituições localizadas no Estado de São Paulo, permite esboçar um quadro da extensão e gravidade dos equívocos teórico-metodológicos cometidos por historiadores e bibliotecários no tratamento destes acervos. O que se observa é uma tendência à diluição dos conjuntos orgânicos, e portanto indivisíveis, que são os fundos documentais, reduzidos a coleções; a adoção de métodos de classificação baseados em categorias de assunto, e não pelo critério de atividade ou procedência; e o tratamento prioritário conferido a unidades, em detrimento dos conjuntos documentais, ocultando assim as relações de organicidade existente entre aquelas unidades². A aplicação desses procedimentos impossibilita a recuperação de informações referentes ao sentido da presença de um dado item documental no âmbito de seu contexto histórico e institucional específico impedindo, portanto, a recuperação, a partir do acervo, de informações referentes ao perfil e à trajetória da instituição ou indivíduo responsável por sua produção arquivística.

Por outro lado, embora considerada imprescindível, a adoção dos referenciais teórico-metodológicos da arquivologia ainda não basta à efetiva organização dos acervos de natureza orgânica, seja no nível dos arquivos históricos e das necessidades da pesquisa acadêmica, seja no nível das demandas institucionais de caráter administrativo. Isto porque o tratamento arquivístico exige também aguçada sensibilidade em relação aos desafios impostos à

aplicação daqueles fundamentos frente às particularidades dos acervos produzidos no âmbito dos diferentes campos de atividade humana. Disso decorre, mais que a possibilidade, a exigência de que: 1) da compreensão dessas particularidades sejam sistematizadas orientações capazes de equacionar os desafios particulares que suscitam em nível teórico-metodológico; 2) e de que do equacionamento destas particularidades sejam sistematizadas soluções capazes de contribuir para superar os desafios que se impõe à disciplina arquivística em seu conjunto. Estas correspondem justamente às questões a que se propõe a abordar o presente trabalho mediante a investigação de experiências de tratamento de acervos privados resultantes da realização de atividades de natureza política – o que inclui arquivos de partidos políticos, de movimentos sociais e de ativistas integrantes destas organizações.

2. Justificativa

A escolha do objeto se deve a razões correspondentes aos objetivos propostos: primeiro, a opção pelos arquivos privados relacionados à atividade política foi motivada pela inexistência de estudos abrangentes e rigorosos do ponto de vista teórico-metodológico dedicados a acervos deste tipo e particularmente àqueles produzidos por militantes e organizações engajados em ações radicalmente transformadoras frente à ordem constituída, e cujas particularidades permanecem praticamente ignoradas (LOPEZ, p. 17). Essa lacuna acaba preenchida pelos “atores marginais” no cenário político a partir do desenvolvimento de “sistemas e metodologias próprias, empíricas”, para a organização de seu material (p. 64 e 69), o que, em última instância, condiciona a relativa indisponibilidade de fontes documentais à pesquisa de caráter histórico e sociológico e também às demandas institucionais de nível administrativo. Em segundo lugar, a escolha do objeto se deve à avaliação de que particularidade dos arquivos de política – decorrentes, por exemplo, da ausência de normalização administrativa – reproduzem, em escala ampliada, desafios que se impõe ao processamento de acervos de tipo arquivístico de modo geral e cujo estudo, portanto, permitirá refletir não apenas sobre os desafios suscitados pelas suas particularidades, mas também sobre desafios impostos à disciplina arquivística em seu conjunto.

3. Fundamentação Teórica

3.1. Arquivologia e Ciência da Informação

Uma vez estabelecidos os objetivos e justificativas do presente estudo, cumpre explicitar o referencial teórico-metodológico que balizará, adiante, a definição e investigação

de seu objeto de análise, quais sejam, os arquivos privados relacionados a atividade política. Primeiramente cumpre ressaltar que a arquivologia constitui uma subdisciplina da Ciência da Informação (CI). Embora em todo o campo do saber, por razões óbvias, a informação desempenhe função imprescindível, é somente na CI que esse elemento – e mais especificamente sua produção, organização e transmissão – é tomado como objeto privilegiado de estudo. Evidente, por outro lado, que a CI não corresponde a uma área isolada, o que se expressa na necessidade de diálogo com áreas afins como psicologia, sociologia, história, administração e linguística. A CI subdivide-se em três sub-disciplinas, quais sejam, arquivologia, biblioteconomia e museologia. Cada uma destas sub-disciplinas corresponde a um conjunto de referenciais teórico-metodológicos e a procedimentos específicos que visam tornar eficiente a mediação entre os usuários e os diferentes universos informacionais a qual cada uma se dedica, materializados em diferentes configurações institucionais, tais como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação.

3.2. Definição do documento de arquivo

A base teórico-metodológica que singulariza cada uma destas disciplinas pode ser caracterizada, resumidamente, a partir dos conceitos por ela atribuídos ao seu objeto de trabalho privilegiado, a saber, o documento, os quais se diferenciam sobremaneira da noção corrente associada ao termo³. Na cultura de senso-comum, normalmente o documento corresponde a tudo aquilo que pode registrar ou atestar o cumprimento de deveres ou que possa servir como garantia de direitos, via de regra, textual, entre os quais se destacam certidões de nascimento e cédulas de identidade, por exemplo. Por seu turno, ao historiador contemporâneo, praticamente tudo pode ser considerado um documento, desde que forneça informações acerca de problemas sujeitos à investigação histórica. Ao contrário, as sub-disciplinas da CI operam a partir de uma definição bastante mais rigorosa de documento. Ainda que possuam características intrínsecas e extrínsecas semelhantes, aos documentos se aplicam múltiplas definições conceituais, conforme a natureza do universo informacional de que o documento é componente, o que corresponde a diferentes estratégias de tratamento da informação.

De modo sucinto, pode-se afirmar que o acervo de uma biblioteca é constituído em função de uma opção deliberada pela reunião de itens que compartilham de uma característica qualquer (suporte e conteúdo, por exemplo), conformando assim um conjunto em que a compreensão de cada componente individualmente independe da compreensão dos demais – razão pela qual tais acervos são definidos como de natureza inorgânica, o que corresponde ao

seu *status* de coleção, e o que e justifica o tratamento técnico individualizado dos itens integrantes do conjunto em questão. Aos acervos dos museus, que muito se assemelham às coleções de biblioteca, pode-se acrescentar, além da maior diversidade de suportes, a idéia de que diferentes exemplares de um mesmo item não possuem valor equivalente, mas sim um valor histórico único em função do contexto que o envolveu – tendo sido propriedade de uma personalidade de destaque, por exemplo; característica que corresponde a um dos principais critérios de incorporação de um dado item a um acervo museológico e do qual decorre sua capacidade de ser utilizado como instrumento pedagógico e de difusão cultural.

Diferentemente do que imaginam muitos profissionais das áreas de história e biblioteconomia, entretanto, o documento de arquivo não se enquadra nestas definições. Primeiramente, o documento de arquivo constitui um item de acumulação compulsória, ou seja, é produzido como tal de modo natural ou involuntário por uma dada instituição ou pessoa como uma contrapartida material ou uma prova da realização de uma ação. A relação aí estabelecida entre documento e atividade, definida como relação de organicidade, é o que permite caracterizar tais acervos como de tipo arquivístico. Dada sua natureza orgânica, a eliminação de itens que o compõe prejudica a compreensão de cada um dos demais individualmente – isto porque seu real significado, sua vinculação a uma dada atividade da qual é prova, depende da compreensão do conjunto das atividades características de uma dada instituição ou pessoa e do contexto histórico que as envolve, o que é possível senão mediante a preservação da unidade de toda a massa documental em questão – necessidade correspondente ao princípio de respeito aos fundos e à adoção de métodos de classificação e descrição dedicados, prioritariamente, ao tratamento de conjuntos documentais, em detrimento dos itens que o compõem.

3.3. Etapas do processamento arquivístico

Uma vez definido o objeto privilegiado da arquivologia, cumpre identificar brevemente as principais etapas que compõe o processamento arquivístico⁴. Em geral, a primeira delas corresponde ao levantamento documental, momento no qual se avalia o volume total de uma dada massa documental, bem como a variedade na ocorrência de tipos documentais; complementado por pesquisas iniciais a respeito da história e do perfil da entidade produtora – dados que servirão de base ao planejamento do processamento propriamente dito. Em seguida, o acervo é, como se diz na linguagem corrente, organizado – o que consiste, precisamente, na distribuição dos itens documentais em categorias de

classificação (observados os métodos funcional ou estrutural, coerentes em relação à definição de documento de arquivo), bem como a descrição desta operação nos chamados instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos). Uma vez organizado, o acervo deverá ser submetido à avaliação, ou seja, deverão ser estabelecidos e adotados procedimentos diferenciados de acesso e guarda aos arquivos histórico e corrente, bem como aplicados critérios de descarte (como eliminação de duplicidade, por exemplo). O material restante, definido como de guarda permanente, deverá ser acondicionado em caixas, pastas e estojos e estes, por sua vez, acomodados em armários e estantes. Em seguida, definem-se procedimentos de conservação preventiva que, além da escolha de condicionamentos e acomodação adequados, inclui também, e principalmente, a climatização das dependências de guarda, bem como a definição de condições especiais de acesso e uso, quando necessário. Por fim, aplicam-se procedimentos de higienização e restauro.

4. Metodologia

Uma vez detalhado o referencial teórico-metodológico que orienta o presente estudo, cumpre assinalar a metodologia empregada na coleta dos dados analisados. A análise aqui proposta encontra-se fundamentada, basicamente, no estudo de experiências de processamento arquivístico descritas na literatura, que incluem a organização de nove conjuntos, ente fundos de natureza pessoal e institucional. A revisão da bibliografia é complementada com informações sistematizadas pelo autor no curso de sua experiência como profissional dedicado à organização e à pesquisa de fontes documentais relacionadas a atividade política, parcialmente refletida na bibliografia selecionada, e que compreendem: 1) dados a respeito da história e funcionamento, bem como do diagnóstico do acervo documental, de quatro diferentes organizações de esquerda⁵, cerca de 30 entidades representativas do movimento estudantil⁶ e inúmeros arquivos pessoais de militantes partidários e de movimentos sociais⁷, sob a guarda de diferentes instituições; além de 2) dados referentes ao tratamento documental, diretamente empreendido pelo autor, de fundos institucionais pertencentes a outras quatro organizações de esquerda⁸ e a três entidades representativas de movimentos sociais⁹.

Cumpre ressaltar que o levantamento bibliográfico privilegiou a localização de dissertações, teses, livros e artigos científicos. Não foi realizado, no caso da produção científica publicada noutras formas (como as apresentações em congressos e monografias de conclusão de cursos de pós-graduação, por exemplo) um amplo levantamento bibliográfico, em função principalmente de seu volume e dificuldades de localização. Um amplo

levantamento dedicado a participação política estudantil no Brasil, empreendido pelo anteriormente pelo autor (Menegozzo, 2007), revela a existência de trabalhos deste tipo, como Pessoa (1989), Vicino (1992) e Monteiro (1993) – os quais, deverão, futuramente, ser contemplados em estudo mais abrangente. Também não foram incluídos na bibliografia analisada os inúmeros manuais técnicos e instrumentos de pesquisa elaborados por entidades custodiadoras de acervos relacionados a atividade política, cuja análise poderia revelar, explícita ou implicitamente, os referenciais teórico-metodológicos empregados, bem como os desafios a eles correspondentes e impostos pela particularidades dos arquivos de política. A aplicação dos critérios aqui detalhados resultou na localização de seis estudos dedicados ao tema proposto, cujos objetivos, base teórico-metodológica e principais contribuições encontram-se resumidas adiante.

5. Discussão

5.1. Revisão da bibliografia selecionada

Dentre os estudos selecionados destaca-se, primeiramente, o de HAYASHI (1998), tese de doutorado intitulada *Movimento estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em educação*, que visa ao “resgate da trajetória de lutas” do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO), do *campus* da USP em São Carlos, bem como o desenvolvimento de uma fonte de pesquisa em educação, a partir da organização do arquivo da entidade. Tendo em vista estes objetivos, Hayashi discute os principais conceitos que orientam a arquivologia, bem como as relações existentes entre as práticas de pesquisa nas áreas de educação e história, em que ressalta a importância de disponibilização de fontes documentais que permitam o acesso à experiências e práticas políticas críticas à ordem constituída. Em função da pouca familiaridade, e mesmo discordância da autora, em relação à teoria arquivística¹⁰, o estudo pouco contribui para a reflexão sobre os desafios impostos à arquivologia pela natureza específica do acervo a que se dedica a organizar. Inclui inventários e catálogos do acervo do CAASO, elaborados no curso da pesquisa.

MENEGOZZO (2005), também dedicado a entidades representativas de movimentos estudantis, corresponde a uma monografia de conclusão de curso de especialização em arquivologia, intitulada *Arquivos estudantis: desafios à classificação arquivística*. Dedicase a explorar desafios de natureza teórico-metodológica impostos pelas peculiares condições de produção documental que marcam as entidades representativas estudantis. Tendo em vista a realização deste objetivo, debate os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina

arquivística, e reflete sobre as particularidades dos movimentos e acervos estudantis, concentrando-se sobre a questão da classificação. Baseado no estudo dos arquivos do DCE/USP e CEUPES, reflete parcialmente dados coletados pelo autor no curso de sua participação no Projeto Memória do Movimento Estudantil, encabeçado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que integrou como responsável pelo diagnóstico, entre outros, dos arquivos de mais de 30 entidades estudantis da USP¹¹.

LO SCHIAVO (1997), por seu turno, em tese intitulada *Roteiros para a organização de arquivos de entidades de classe*, assume como objetivo a elaboração de orientações aos esforços de organização de acervos pertencentes a entidades representativas dos movimentos sindicais. Declara, como justificativa, a necessidade de disponibilização de fontes que permitam tanto a autocompreensão destas entidades e dos movimentos a ela vinculados, quanto a investigação destes atores pela pesquisa histórica. Discute referências teórico-metodológicas consagradas na arquivologia (que inclui perspectivas hoje consideradas não arquivísticas como aquelas baseadas em métodos de classificação por assunto), e sua relação com teorias do campo da história. Baseia-se no esforço de organização de três acervos sindicais, quais sejam: Associação dos Docentes da USP (ADUSP); Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJPEP); e Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. A autora reforça os principais referenciais teórico-metodológico da arquivologia, ao passo em que se concentra, em seu estudo, sobre os procedimentos de classificação e descrição arquivísticas.

Entre os trabalhos dedicados a acervos partidários destaca-se, primeiramente, GUEVARA e GOMES (1991), intitulado *Memória política e controle documental: o caso do PT na campanha presidencial de 1989*. Dedicar-se a analisar as formas de sistematização e controle documental adotadas pelo PT em relação ao arquivo produzido pelo partido no curso da campanha presidencial de 1989, justificando a escolha de seu objeto pelo dinamismo e organicidade políticas. Retoma brevemente a trajetória do PT e explora as relações existentes entre memória, informação e poder, reforçando a importância do profissional de arquivo como agente da democratização da informação e da sociedade. O estudo identifica algumas das particularidades existente em acervos relacionados à atividade política. Pouco contribui, entretanto, para o seu equacionamento, na medida em que se configura mais como diagnóstico do que como iniciativa de tratamento arquivístico. Conclui que não há, por parte do PT, qualquer iniciativa em relação ao tratamento de sua documentação. Insiste na

necessidade de sua organização como condição a uma política institucional de memória e ao atendimento de demandas de nível administrativo.

LOPEZ (1999), em livro intitulado *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*, baseado em dissertação de mestrado defendida pelo autor (C.f. LOPEZ, 1994), empreende debate metodológico sobre os desafios impostos à classificação e à análise tipológica em acervos de partidos políticos de esquerda clandestinos baseado em experiência de tratamento do acervo do diretório do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no bairro de Pinheiros em São Paulo. Reflete sobre as relações existentes entre a prática dos profissionais de história e arquivologia, em que destaca as consequências da emergência da chamada “nova história” em relação à teoria arquivística, correspondente à necessidade de organização de fontes documentais que permitam à pesquisa histórica o acesso às perspectivas e experiências político-ideológicas no nível do cotidiano e exteriores às instâncias de poder e à ordem constituída. Localiza seu objeto de estudo, o partido político clandestino, no âmbito do debate teórico travado na ciência política e destaca os principais referenciais teórico-metodológico da disciplina arquivística. Concentra-se sobre a aplicação dos procedimentos de classificação e a análise documental, do qual resultam inventários, incluídos na íntegra na publicação.

Camargo e Goulart (2007), por sua vez, apresentam as referências teórico-metodológicas e os resultados obtidos a partir do processo de tratamento arquivístico do acervo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, dirigente partidário e ex-Presidente da República pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Destacam os principais referenciais teórico-metodológicos da arquivologia, a partir dos quais refletem, sobretudo, a respeito da possibilidade e conveniência de aplicação do método funcional de classificação arquivística e de procedimentos de normalização tipológica a acervos pessoais; bem como a respeito das resistências existentes na área em relação a esses procedimentos. Exploram o perfil, funcionamento e potencialidades da base de dados eletrônica desenvolvida para a gestão do acervo a que se dedicam a organizar; e também as relações existentes entre a prática dos profissionais de história e da arquivologia, cuja distância, considera, é reforçada em função da operação interpretativa exigida à elaboração das “grandes categorias classificatórias” em arquivos, considerada prerrogativa específica da pesquisa histórica (p. 24). Por esta razão, destaque-se, o estudo não resulta na elaboração de um plano de classificação, embora apresente uma reflexão rigorosa a respeito da tipificação de documentação pessoal relacionada a atividade política, refletida em extenso glossário, incluído na íntegra ao final da publicação.

5.2. Particularidades do perfil dos acervos analisados na bibliografia

O estudo das experiências relatadas na bibliografia permite identificar um padrão diferenciado e singular no processo de produção documental em entidades engajadas em atividades de natureza política. De modo sucinto, entre outros elementos, o referido padrão compõe-se dos seguintes elementos básicos:

1) Danificação e dispersão dos acervos, produto de fatores como indisponibilidade de recursos; desinteresse ou omissão em relação ao arquivo suscitados sobretudo pela urgência e multiplicidade de tarefas; além da ocorrência de apreensões decorrentes de ação policial repressiva (GUEVARA e GOMES, 1991, p. 46; HAYASHI, 1995, p. 68; LO SCHIAVO, 1997, p. 9-10; LOPEZ, 1999, p. 75; MENEGOZZO, 2005, p. 11-12)¹². A existência de tais características é reforçada pelas experiências de tratamento técnico empreendidas pelo autor: nesse sentido, destacam-se, de modo geral, os acervos das entidades representativas estudantis, cujas dificuldades de organização suscitadas pelo desinteresse e acúmulo de tarefas são reforçadas pela transitoriedade que marca fortemente a condição estudantil, o que prejudica o amadurecimento de planos administrativos de médio-longo prazos¹³. O arquivo do DCE/USP é representativo a esse respeito: fundado na segunda metade dos anos 1940, a entidade possui sob sua guarda um acervo constituído basicamente de documentação acumulada no período posterior aos anos 1970. Destaca-se também o caso dos arquivos do MEP, organização de esquerda cuja condição clandestina condicionava uma política de informação baseada na centralização dos arquivos institucionais em residências especificamente designadas para este fim, sujeitos à apreensão policial – fato ocorrido, por exemplo, com seus comitês de São Paulo e Rio de Janeiro em meados de 1977, cujos acervos, parcialmente apreendidos, encontram-se hoje dispersos nos arquivos policiais de seus respectivos Estados.

2) Insuficiente qualificação técnica de quadros profissionalizados, ocasionando o acúmulo indiscriminado de conjuntos desproporcionais aos espaços disponíveis, o que agrava sua danificação e dispersão física (GUEVARA e GOMES, 1991, p. 51; HAYASHI, 1995, p. 80; LO SCHIAVO, 1997, p. 19; MENEGOZZO, 2005, p. 12-16)¹⁴. Dentre as experiências de tratamento empreendidas diretamente pelo autor que reforçam esta caracterização, destaca-se o caso do arquivo do Diretório Nacional do PT: o acelerado crescimento político do partido, ocorrido no curso da década de 1980, marcado por enorme espontaneidade, contribuiu para a impossibilidade de acondicionamento e tratamento de seu acervo de um ponto de vista arquivístico profissional. Grosso modo, esta situação se prolonga até a constituição da Fundação Perseu Abramo em 1996, órgão de apoio ao PT no interior do qual foi lançado em

1998 o Projeto Memória e História, convertido em 2001 no Centro Sérgio Buarque de Holanda – experiência de processamento arquivístico pioneira dentre os partidos políticos brasileiros. Embora tenha representado um salto qualitativo no tratamento do acervo do PT, a experiência do CSBH foi durante muito tempo orientada por referências não arquivísticas, o que contribuiu para o agravamento dos problemas já existentes anteriormente naquele acervo – situação que tem se revertido nos últimos anos, a partir de uma reorganização do setor e da redefinição de seus referenciais teórico-metodológicos.

3) Insuficiente identificação dos órgãos emissores, procedência, conteúdo documental, como da datação tópica e cronológica, resultante da ausência de normalização e das exigências da atuação clandestina (LO SCHIAVO, p. 11). Por razões óbvias este é um traço marcante das organizações em situação de clandestinidade, dentre as quais destacam-se, por exemplo, OSI, MEP, MCR e POC. Na documentação constante destes acervos a própria organização ou seus órgãos nem sempre são explicitamente identificados (o grupo é em geral identificado pela abreviatura “O.”, de organização), integrantes identificam-se por pseudônimos ou codinomes, regiões ou áreas de atuação são associadas a códigos cujo conhecimento é restrito; e datas tópicas e cronológicas são omitidas em parte significativa do material. As mesmas características podem se apresentar, em menor intensidade, também em acervos de partidos legais e de massas como o PT, o que nesse caso se deve à ausência de normalização administrativa e que se reflete, por exemplo, na dificuldade de estabelecimento de critérios de ordenação (FUNDAÇÃO... 2008).

4) Confusão entre fundos pessoais e institucionais provocada pela repressão ou pelo insuficiente nível de institucionalização das entidades (HAYASHI, 1995, p. 67; LO SCHIAVO, 1997, p. 9-10). Este processo é notório na trajetória de organizações como MEP, submetidas a condição de clandestinidade: relatórios policiais resultantes da prisão de militantes destes agrupamentos e entrevistas por eles concedidas posteriormente, revelam que a guarda do fundo institucional destes grupos, em função de rígidas condições de segurança interna e conforme já referido anteriormente, eram concentrados e acomodados discretamente em residências de militantes especificamente designadas para este fim. Merece destaque também o arquivo da organização clandestina OCML-PO, preservado sob a guarda de um militante que se dedicou a registrar toda a documentação em filme fotográfico comum, descartando os originais, possibilitando assim a preservação do acervo frente à repressão policial. Também no PT a confusão entre acervos pessoais e institucionais é evidente, neste caso em função dos baixos níveis de normalização administrativa e das inadequadas condições de guarda em geral existentes nas sedes do partido. Provavelmente, o exemplo do

arquivo pessoal de Perseu Abramo constitui o exemplo maior: os arquivos da Secretaria Geral, posto que ocupara nos primeiros anos de existência do PT, acabaram fundidos parcialmente ao seu acervo pessoal na própria sede do partido, dificultando sobremaneira seu tratamento posterior.

5) Existência de ambigüidade e indeterminação no que se refere à estrutura organizativa, a competências individuais/institucionais e a tipos documentais – condição intrínseca aos acervos pessoais (CAMARGO E GOULART, 2007, p. 23 e 40-42) – o que decorre da ausência de normatização, de mudanças no perfil de uma dada instituição ao longo do tempo e da disputa em torno deste perfil refletidas nos conflitos ideológicos existentes internamente aos partidos e entidades representativas (LO SCHIAVO, 1997, p. 14, 23 e 25; LOPEZ, 1999, p. 63; MENEGOZZO, 2005, p. 17-21). Dentre as experiências empreendidas diretamente pelo autor destaca-se, a esse respeito, o acervo do comitê eleitoral do PT na campanha presidencial de 1989: o funcionamento do comitê ao longo da campanha revela claramente a existência de ambigüidades e indeterminações em relação à cadeia de subordinação hierárquica de seus organismos, e também em relação às espécies documentais geradas no curso de realização de suas atribuições. A experiência da campanha revela ainda a existência de divergências políticas no interior do partido em relação ao sentido estratégico/finalidade da atividade eleitoral, expressas na opção de correntes atuantes no interior do PT pela conformação de comitês eleitorais declaradamente contrários à composição da coligação eleitoral formalizada a partir da política então hegemônica no partido. Numa perspectiva histórica, tais ambigüidades e indeterminações se manifestam também na evolução ideológica do PT, refletida na redefinição de suas competências institucionais e do relacionamento existente entre cada uma destas competências – como é caso, pro exemplo, da própria atividade de disputa eleitoral.

5.3. Orientações teórico-metodológicas indicadas na bibliografia

Apoiados nos elementos do diagnóstico aqui sistematizado, as obras analisadas dedicam-se a preencher diferentes lacunas identificadas na arquivologia no que se refere ao tratamento de acervos privados correspondentes a atividade política. No âmbito da literatura analisada há concordância, primeiramente, de que o método de classificação funcional é considerado mais adequado aos acervos relacionados a atividades política. Em geral, a opção pela classificação funcional é considerada mesmo uma exigência frente às recorrentes mudanças organizativas, aos baixos níveis de normatização administrativa e à margem de atuação extra-legal ou informal existente mesmo na presença daquela normatização

(CAMARGO E GOULART, 2007, p. 24; LO SCHIAVO, 1997, p. 27; LOPEZ, 1999, p. 63). Cumpre ressaltar a esse respeito que, apesar da concordância, é patente em Lopez e Lo Schiavo a inconsistência dos planos de classificação propostos; e de que Hayashi destaca-se como voz dissonante, conforme já assinalado, ao assumir uma crítica não apenas ao método funcional mas ao procedimento de classificação arquivística em seu conjunto.

Há também acordo em torno da necessidade de conformação de séries correspondentes a tipos documentais e da necessidade de sistematização dos tipos existentes no âmbito da atividade política; objetivos a que se propõem particularmente Lopez (1999) e Camargo e Goulart (2007). A esse respeito os estudos disponíveis são contrastantes: o trabalho de Camargo e Goulart destaca-se pelo rigor teórico-metodológico, o que possibilitou a elaboração de extensa lista de tipos documentais, incluída na publicação na forma de glossário, e também uma reflexão a respeito dos desafios que se impõe à definição de tipos documentais em materiais de gênero não textual, como as fotografias e produções audiovisuais; por outro lado, constam estudos em que o esforço de análise tipológica acabou prejudicado, seja em função de confusões conceituais, como no caso de Lopez, em que não são claramente diferenciados os conceitos de função documental e institucional (C.f. LOPEZ, p. 75); ou como no caso de Hayashi, que em função da adoção de referenciais não arquivísticos, indicou como possibilidade, criticada no restante dos estudos, a conformação de séries documentais a partir de critérios temáticos ou geográficos, por exemplo (HAYASHI, 1995, p. 93) – tendo sido inconsistente inclusive na aplicação desta metodologia.

Dentre os aspectos do processamento arquivístico abordados pelos estudos analisados, cabe ainda destacar a questão da avaliação documental. De modo geral parece haver alguma concordância em relação a idéia de que o procedimento de descarte exige uma profunda reflexão a respeito da possibilidade do que se poderia definir provisoriamente como a censura ou a supressão da memória coletiva e da história (HAYASHI, p. 68-69), ainda que este tema não tenha sido desenvolvido em profundidade pelos estudos selecionados. Por outro lado, é estranha à perspectiva teórico-metodológica arquivística a afirmativa de que existem “peças inúteis ou duplicatas que poderão ser eliminadas sem inconveniente” (HAYASHI, 67) quando o critério de avaliação baseia-se num conceito de utilidade cujo significado parece estar associado mais ao valor secundário do documento, ao seu potencial em termos de pesquisa histórica, do que às relações de organicidade que possam eventualmente existir entre o item em questão e o acervo em seu conjunto, como é o caso do estudo de Hayashi.

6. Conclusão

Da análise da bibliografia selecionada conclui-se que a relativa concordância em torno do emprego do método funcional de classificação encobre certa controvérsia no que se refere, particularmente aos procedimentos adequados ao equacionamento de situações de ambigüidade e indeterminação impostas à representação dos contextos de produção dos acervos considerados. Ainda insuficientemente elaborada pela bibliografia selecionada, tal controvérsia transparece sobretudo em debate levantado por Camargo e Goulart (2007). As autoras consideram que a elaboração das “grandes categorias classificatórias [...] demandam sempre um gesto de interpretação”, considerado “prerrogativa do historiador” (p. 50), e concluem: “o arquivista opera noutro plano”, na medida em que “tem em por corolário a manutenção do sentido unívoco do nexa documento-atividade” (p. 51). Em seu esforço de classificação, restringem-se à identificação das “atividades imediatamente responsáveis pelos documentos” localizando-as num “patamar em que [...] é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias” (p. 24). Assim, embora afirmem claramente que “é preciso submete-los [os documentos] aos princípios da ciência arquivística, assumindo as dificuldades e os problemas que a tarefa impõe” (p. 24), transferem os desafios impostos pelas ambigüidade e indeterminações que se impõe à elaboração de categorias de classificação ao campo da história.

Importante ressaltar que a perspectiva metodológica sistematizada por Camargo e Goulart, de evitar as “grandes categorias classificatórias” em razão das ambigüidades e indeterminações que a ela são inerentes – caracterizada pelas próprias autoras como “uma abordagem inteiramente nova” – é compensada, do ponto de vista do acesso ao acervo, pela utilização da base de dados eletrônica desenvolvida pelo Gabinete da Presidência da República a partir do tratamento individualizado dado aos documentos do acervo do Presidente Cardoso (p. 35). Curiosamente, é justamente a partir da análise de um procedimento semelhante a este que Lopez, uma década antes, elabora uma crítica que, numa leitura preliminar, parece dirigir-se também ao referencial teórico-metodológico que informa a “abordagem inteiramente nova” elaborada por Camargo e Goulart. Contrariamente a estas autoras, Lopez afirma que “a hermenêutica é base do processamento arquivístico e opõe-se à arbitrariedade romântica e ao objetivismo cético” (Lopez, p. 52). Considera uma “ilusão” a idéia de que “o tratamento exaustivo dos documentos, auxiliado pelo computador, tornará viável o retorno à tradição francesa peça à peça”, caracterizando-a como uma espécie de “positivismo informatizado” e cujas limitações teriam sido já apontadas pelo historiador Jaques Le Goff (Lopez, p. 63-64).

A polêmica a respeito da classificação arquivística aqui destacada, refletida nas obras de Camargo e Goulart (2007) e Lopez (1999), revela uma profunda divergência de natureza teórico-metodológica que, suscitada por experiências particulares de tratamento arquivístico, corresponde a um desafio à classificação imposto ao conjunto da arquivologia. Revela também que faltam aos estudos dedicados ao tema o acúmulo teórico-metodológico desenvolvido noutras áreas do conhecimento, como a lingüística e a própria ciência da informação. A incorporação destes referenciais deverá elevar a qualidade do debate teórico-metodológico dedicado à classificação arquivística, permitindo a reflexão relativa à dimensão ideológica e estruturante intrínseca aos processos de representação simbólica (C.f. BLIKSTEIN, 2003) e, em particular, aos procedimentos de controle de vocabulário (C.f. CINTRA, 2002) dos quais os planos de classificação são produto. Deverá, também, contribuir para reafirmar a ciência da informação como campo do conhecimento dedicado à informação enquanto objeto de pesquisa cujo desprendimento da história remete ao século XIX, e no qual os procedimentos de organização – imprescindíveis à mediação entre usuários e universos informacionais, seja no nível da investigação histórica ou no das exigências administrativas – deverão ser submetidos à reflexão crítica a partir de diálogo multidisciplinar que inclui, dentre outros, o campo da história.

7. Referências

BELOCH, Israel. *Historiografia e fontes: 1930-1954*. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 47-97, 1986.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, 316 p.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda. **Guia geral do acervo**. São Paulo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda. **Inventário: Partido dos Trabalhadores: Disputa Eleitoral (1989-1998)**. São Paulo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo, 2007.

- GUEVARA, E. B.; GOMES, M. C. A. *Memória e controle documental: o caso do PT na campanha presidencial de 1989*. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 42-54, jan./jun. 1991.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, 37 p. (Como Fazer, 2).
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. **Portal do governo do Estado de São Paulo**: Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). São Paulo, c2002. Disponível em: <www.saesp.sp.gov.br>. Acesso em junho de 2008.
- HAYASHI, M. C. P. I. **Movimento estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em educação**. São Carlos, 1995. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos.
- LO SCHIAVO, R. C. M. **Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe**. São Paulo, 1997, 343 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.
- LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002, 64 p. (Como Fazer; v.6).
- _____. **Partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo**: proposta de tipologia documental. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1370 p.
- _____. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo Edições Loyola, c1999, 151p.
- MENEGOZZO, C. H. M **Arquivos estudantis**: desafios à classificação arquivística. São Paulo, 2005, 22 p. Monografia (Especialização em Organização de Arquivos). Universidade de São Paulo.
- _____. **Estudantes e participação política no Brasil**: levantamento e revisão bibliográfica (1954-2004). São Paulo, 110 p., 2007 (mimeo).
- MONTEIRO, M. **Memória do movimento estudantil da UFF**: organização do arquivo do Centro de Memória Fernando Santa Cruz. 1993. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- PESSOA, A. E. S. **Implantação do Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil**. 1989. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SINGER, A. (org.). **Sem medo de ser feliz**: cenas de campanha. São Paulo: Scritta, 1990, 121 p.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. Rio de Janeiro, c2004. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acesso em junho de 2008.

VICINO, M. L. **Memória do movimento estudantil: a experiência de organização do arquivo do CAASO.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1992, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992.

¹ Sociólogo especialista em arquivologia e graduando em biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalha atualmente como técnico no arquivo histórico do Diretório Nacional do PT, sob guarda do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br). Endereço eletrônico do autor: virtusoroca@yahoo.com.br.

² Uma crítica ao emprego de metodologias adequadas à biblioteconomia e à história em iniciativas de organização de acervos de natureza arquivística encontra-se em CAMARGO e GOULART (2007, p. 37-39). Importante ressaltar que o tratamento individualizado dos documentos arquivísticos, procedimento considerado equivocado pelas normas vigentes hoje na arquivologia, como a NOBRADE, é assumido pelas autoras em seu estudo, sendo caracterizado como parte de uma nova abordagem arquivística que, pretende-se, seja detalhada adiante.

³ Pode-se afirmar que, ainda hoje, são poucos os trabalhos de uma ou outra subdisciplina vinculada à CI, capazes de estabelecer esta diferenciação básica no plano teórico. (C.f. LOPEZ, p. 37). Indicações a respeito destas diferenças encontram-se em manuais e dicionários de terminológica arquivísticos como GONÇALVES (1998), LOPEZ (2002) e CAMARGO e BELOTTO (1996), que servem de base inicial à reflexão exposta a seguir.

⁴ Um panorama das diferentes etapas do processamento arquivístico pode ser elaborada a partir do estudo das publicações integrantes da Coleção Como Fazer, editada pelo Arquivo do Estado de São Paulo em parceria pela Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo e disponíveis em GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (c2002).

⁵ Organização Socialista Internacionalista (OSI) e Organização Comunista Marxista-Leninista - Política Operária (ORM-POLOP), cujos acervos encontram-se sob guarda do Centro de Documentação e Memória da Unesp; e do Partido Operário Comunista/São Paulo (POC/SP), sob guarda do Arquivo Edgard Leurenroth, da Unicamp.

⁶ Dados coletados no curso do processo a elaboração de um guia de fontes desenvolvido no âmbito do Projeto Memória do Movimento Estudantil – projeto, promovido pela União Nacional dos Estudantes no qual o autor tomou parte em 2004 – sistematizados parcialmente em UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (c2004).

⁷ Destacam-se, entre outros, os acervos de Perseu Abramo, José Dirceu, Ceici Kameyama, José Genoíno Neto, Djalma e Heloysa Bom, Mayumi Souza e Lima, e Luiz Sérgio Gomes da Silva, sob guarda da Fundação Perseu Abramo (C.f. FUNDAÇÃO... 2007 e 2008); além dos arquivos pessoais de Vitória Cancelli e Mário Rodrigues, em parte sob custódia do autor.

⁸ Partido dos Trabalhadores/Diretório Nacional, Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Movimento Comunista Revolucionário (MCR), Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS) e Partidos dos Trabalhadores/Diretório Nacional, todos sob guarda da Fundação Perseu Abramo (C.f. FUNDAÇÃO... 2007 e 2008).

⁹ Centros Acadêmicos de Ciências Sociais (CEUPES) e Medicina (CAOC) e Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE/USP), sob guarda das respectivas instituições.

¹⁰ “Nem sempre o que presidiu esta pesquisa sobre a documentação foi a lógica arquivística, como é processada hoje em dia sob uma visão das relações jurídico-administrativas da produção de documentos. *Isto nem sempre corresponde às necessidades reais da recuperação do movimento da história.* [...] Organizar a documentação estudantil através de sua singularidade e na sua particularidade não leva senão a uma organicidade técnica que não supera os limites da organização administrativa da unidade produtora dos documentos, perdendo-se a própria função do movimento estudantil – em síntese, o geral, ou seja, *recupera-se a função, mas perde-se o conteúdo*, a própria história [grifo nosso]” (HAYASHI, 1995, p 81-82).

¹ ¹ Dados do relatório elaborado pelo autor na condição de integrante do Projeto Memória do Movimento Estudantil, encabeçado pela UNE, foram incorporados à base de dados do projeto disponível na internet – C.f. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (c2004).

¹ ² Este aspecto é indicado também por Beloch (1986) em estudo dedicado a mapeamento de fontes documentais produzidas referentes ao período entre os anos 1930 e 1950: “os arquivos de partidos políticos seriam elementos capitais para a compreensão da história. São entretanto desconhecidos. A indigência de tais fundos documentais reflete o baixo nível de institucionalização da estrutura partidária brasileira. Muitos de perderam documento ou em consequência da repressão política” (BELOCH *apud* GUEVARA e GOMES, 1991, p. 46).

¹ ³ O levantamento documental empreendido pelo autor na condição de integrante do Projeto Memória do Movimento Estudantil, encabeçado pela UNE, permite traçar um panorama da situação dos acervos estudantis da USP e das razões prováveis que justificam esta situação. Ver União Nacional... (2008).

¹ ⁴ A título de complemento, cabe a transcrição de trecho ilustrativo de Ricardo Kotscho, assessoria de

comunicação de Lula na campanha de 1989, concedido logo após as eleições: “No final de um estreito corredor do andar de cima do velho sobra da Vila Mariana, entre a sala da direção e a sala de reuniões da sede nacional do PT, um singelo cartaz de papelão indicava meu novo local de trabalho: 'Comitê Nacional da Campanha Presidencial'. A sala não tinha mais do que três por três, três mesas toscas, quatro cadeiras, uma delas quebrada, um armário atulhado de material de outras campanhas. Fax, telex, computador, apetrechos indispensáveis na campanha de qualquer candidato a vereador, nem pensar. [...] Esse era o cenário do quartel general daquilo que, meses depois, viria a se tronar o maior movimento democrático e popular da história republicana” (SINGER, 1990, p. 14-15).